



Banco BCV S.A.
CNPJ nº 50.585.090/0001-06
BALANÇO PATRIMONIAL

SEDE
São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuação...

12 Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

(a) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2017	2017	2016
Proventos			(4.044)
Encargos sociais			(1.937)
Treinamento			(12)
Benefícios			(499)
Honorários			(219)
			(6.711)

(b) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2017	2017	2016
Aluguéis			(8)
Água e energia			(2)
Comunicações			(46)
Processamentos de dados			(638)
Propaganda e publicidade			(132)
Serviços do sistema financeiro			(350)
Serviços de terceiros			(331)
Serviços técnicos e especializados			(410)
Transportes			(2)
Amortização e depreciação			(22)
Doações	(315)	(415)	
Outros			(913)
	(315)	(415)	(2.854)

13 Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre 2017	2017	2016
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas			11
Variação monetária	12	244	12
Reversão de provisão para contingências			3.401
Outras receitas operacionais			4.063
	12	244	7.487
Outras despesas operacionais			
Despesas de provisões operacionais			(7.562)
Despesas de cobrança			(49)
Despesa de intervenção e repasse recursos			(44)
Juros e multa sobre tributos	(740)	(1.015)	
Outras despesas operacionais			(83)
	(740)	(1.015)	(7.738)

14 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2017	2016
Créditos Tributários:		
Sobre adições temporárias	28.866	28.866
Sobre prejuízos fiscais / Base negativa	203.356	220.125
	232.222	248.991

O Banco BCV adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2017, esses saldos possuem as seguintes características:

Prejuízo fiscal para fins de Imposto de Renda tem como base o montante de R\$500.739 (2016 - R\$537.347) e Base Negativa de Contribuição Social no montante de R\$500.739 (2016 - R\$543.247) serão compensados segundo expectativa de projeção de lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários relacionados às adições temporárias referem-se, principalmente, a Provisões para contingências fiscais e previdenciárias discutidas em âmbito judicial ou administrativo, provisões trabalhistas e cíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

Os estudos técnicos elaborados demonstram a capacidade da Instituição de geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes.

Em 16 de fevereiro de 2016 foi protocolado junto ao BACEN a formalização do pedido de que trata o art 1º, da Circular 3.776 de 30 de dezembro de 2015.

(b) A movimentação dos créditos tributários no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	Prejuízos Adições temporárias	Fiscais/Base Negativa	Total
Saldo inicial em 01/01/2017	28.866	220.125	248.991
Constituição			
(Realização) (i)		(16.769)	(16.769)
Saldo final em 31/12/2017	28.866	203.356	232.222

(i) Contempla baixa de Crédito Tributário no valor de R\$ 6.498 utilizado no programa especial de regularização tributária - PERT, instituído pela MP nº 783/17, convertida em Lei nº 13.496/17.

(c) Expectativa de realização

Período	Expectativa de realização por período
2018	11.119
2019	22.139
2020	25.809
2021	27.759
2022	29.840
2023	30.705
2024	33.274
2025	51.577
Total	232.222

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	82.220	82.220	96.320	96.320
Juros sobre o capital próprio			(9.500)	
Participações estatutárias			(4.196)	(4.196)
Outras Adições / (Exclusões) permanentes	414	(4.016)	1.772	(397)
Equivalência Patrimonial			(196)	(196)
Outras	414	(4.016)	1.968	(201)
Base de Cálculo	82.634	78.204	84.396	82.227
Alíquota base	(12.395)	(15.641)	12.659	16.445
Incentivos fiscais	(8.240)		8.415	
Efeito majoração da alíquota da CSLL	415			1.029
Outras			(470)	
Encargos (créditos) com Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.220)	(15.641)	20.604	17.474

17 Transações com partes relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 3.750, de 30/06/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

(a) Transações com partes relacionadas
As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações Interfinanceiras de liquidez				
Banco BMG S.A.	927.035	808.193	82.719	57.660
Outros Créditos				
Banco BMG S.A.	18.415	34.580		
Depósitos à vista				
Cifra S.A. CFI	(449)	(499)		
Depósitos interfinanceiros				
Cifra S.A. CFI	(17.003)	(10.657)	(613)	(682)
Outras obrigações				
Banco BMG S.A.	(51.737)	(39.336)		

(j) Benefícios aos diretores
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(ii) Outros benefícios
O Banco BCV não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

(iii) Outras informações
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18 Gestão de riscos

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital
Os acionistas e administradores do Conglomerado BMG consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno. Por isso, com o intuito de obter sinergia no processo de gerenciamento de riscos, a gestão de todas as Instituições do Conglomerado Financeiro é feita de forma integrada. O Banco BMG destaca a Diretoria Executiva de Controladoria que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios. Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional, o Banco BMG instituiu a Superintendência de Riscos Corporativos - SURIC, uma estrutura que trata de todas as necessidades do gerenciamento de riscos, em toda a organização, de maneira estruturada e comum, de modo que seja possível medir, agregar e estimar o relacionamento dessas informações em uma base corporativa. O Conglomerado Prudencial BMG, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

I - Risco de Crédito - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financiera de perdas decorrentes de operações de crédito, o Banco constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação.

II - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

III - Risco de Mercado - O Conglomerado BMG emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco Operacional - O BMG adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios.

A íntegra da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponibilizada no site de Relações com Investidores (<http://www.bancobmg.com.br/RI/>).

A DIRETORIA

CONTADORA RESPONSÁVEL
DAMIANA ABREU DA SILVA
CRC - 1SP251315/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pelo Banco, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP0000160/O-5
Carlos Augusto da Silva Contador CRC: 1SP197007/O-2
pwc

SP e Manaus recebem em 15 dias primeiros venezuelanos de Roraima

Em cerca de 15 dias, as cidades de São Paulo e Manaus receberão os primeiros venezuelanos atualmente abrigados em Roraima

Neste primeiro momento, 350 pessoas serão encaminhadas para São Paulo e 180 para a capital do Amazonas. Os venezuelanos estão sendo vacinados contra sarampo e difteria e é necessário aguardar de cerca de duas semanas para que a imunização faça efeito.



A prefeitura de Boa Vista estima que cerca de 40 mil venezuelanos tenham entrado na cidade, ao fugir da crise econômica e política por que passa o país vizinho.

A medida foi anunciada após a primeira reunião do comitê de assistência emergencial criado pelo presidente Temer para tratar da crise humanitária envolvendo os venezuelanos refugiados. A prefeitura de Boa Vista estima que cerca de 40 mil venezuelanos tenham entrado na cidade, ao fugir da crise econômica e política por que passa o país vizinho. O número corresponde a mais de 10% da população local, de cerca de 330 mil habitantes.

Então, demora um pouco para fazer isso. Estamos cruzando os dados". Para os que continuam dormindo nas praças de Pacaraima, o governo anunciou a construção de centros de apoio e triagem. Cada um terá a capacidade de receber 1,5 mil pessoas. "Vamos construir um abrigo, onde faremos uma triagem. Um abrigo em Boa Vista e um em Pacaraima. Lá em Boa Vista, na praça Simon Bolívar, tem cerca de 1,5 mil pessoas. Queremos, de imediato, construir um abrigo para que possa fazer a triagem e ver

como encaminhar, ver o que a gente vai fazer com eles", disse o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Segundo Padilha, existem três perfis diferentes dentre aqueles vindos da Venezuela. O primeiro é daqueles que querem receber alimentos e benefícios, como Bolsa-Família - e o governo brasileiro incluirá essas pessoas no benefício - e fazer tratamento de saúde para voltar depois à Venezuela, cruzando a fronteira "duas, três vezes no mês". Outro perfil é de pessoas, em sua maioria população indígena, que querem

morar na região de fronteira, em Roraima. Ou seja, querem morar no Brasil, mas não querem se "interiorizar". Já o terceiro perfil é composto de pessoas que querem morar e trabalhar no Brasil. "Nós temos, entre solteiros e que vieram para trabalhar, em torno de 40% da população", disse Padilha. Ele acrescentou que, em um primeiro momento, o governo federal investirá R\$ 70 milhões no apoio aos venezuelanos. Esse dinheiro está sendo mandado para Roraima em forma de medicamentos e alimentação (ABr).

A eficiência de uma boa base de dados para sua empresa

Rafael Albuquerque (*)

Ter uma base de dados limpa e atualizada pode trazer diversos benefícios para as pequenas e médias empresas

Ou seja, um mailing eficiente é capaz de fazer uma grande diferença no cenário das PMEs nos mais diversos aspectos. Seja melhorando a prospecção de vendas, seja permitindo uma atuação com maior assertividade e aprofundando o relacionamento com o cliente. Tudo isso por meio de uma melhor abordagem e comunicação, ou simplesmente incrementando as áreas de cobrança e recuperação de crédito.

Aquisição de um mailing segmentado - ou manter os registros em dia - são importantes para gerar novas oportunidades de venda. Tudo porque o gestor garante o acesso a possíveis clientes que ainda não conhecem ou não compram de sua marca. Deixar as informações à mão é uma chance de vender para um consumidor que já adquiriu o seu produto ou serviço, mas que há algum tempo não o faz mais.

Para que os gestores garantam um bom uso de sua base de informações, desenvolvendo todo o seu potencial estratégico, é essencial analisar seu público-alvo para desenvolver uma ou mais personas, entendendo o perfil exato que se deseja atingir. Assim, ao selecionar os segmentos corretos na hora da filtragem de seu mailing, as pequenas e médias empresas conseguem garantir a assertividade desde o momento da escolha do público até a concretização das metas do negócio.

Porém, para que essas companhias estejam prontas, tanto no que tange à equipe quanto em relação à estrutura do negócio, é preciso que os times de vendas e marketing estejam alinhados ao utilizar a base de dados de maneira eficiente. Assim, as ações de comunicação estarão na mesma sintonia do discurso comercial. Além disso, é fundamental que a corporação esteja preparada para atender ao aumento da demanda.

(*) - É CEO da Unitfour, empresa brasileira referência em fornecimento de dados para as áreas de cobrança, call centers, risco, crédito, antifraude, CRM e marketing (www.unitfour.com.br/).